

Pacote: como resolver esse impasse?

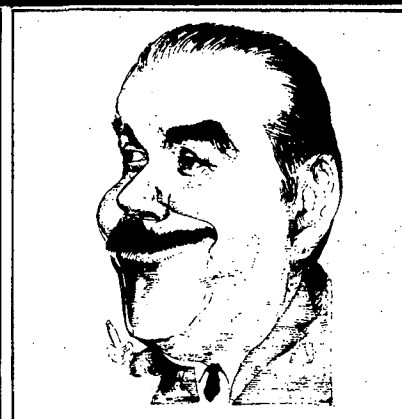
O PDS se recusa a aprovar o pacote. E se Sarney usar o recurso do decreto-lei, quebra uma promessa. A decisão deve ser tomada hoje.

Embora tenha pressa em implantar o pacote de medidas de ordem fiscal e de contenção dos gastos das estatais, o governo está diante de um impasse político. De um lado, o PDS se nega a apoiar o pacote no Congresso, o que dificulta sua aprovação até domingo, último dia antes do recesso parlamentar. De outro, existe a promessa, feita pelo próprio presidente Sarney, de evitar o decreto-lei, herança do regime anterior e classificado como "entulho autoritário".

De qualquer forma, a decisão será tomada hoje, em reunião que o presidente da República terá, no final da tarde, com os ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Francisco Dornelles. Depois disso, as medidas poderão ser anunciadas pelo próprio Sarney, ou por um dos ministros, entre hoje, amanhã ou segunda-feira.

Junto com a série de medidas que o governo pretende anunciar para conter os seus gastos estará a reafirmação de que permanece como objetivo da administração do presidente Sarney manter o nível de crescimento interno da economia do País "aos seus níveis históricos", ou seja, entre 6 e 7% para evitar a paralisação dos setores produtivos da economia privada ou imprimir à sua administração uma característica recessiva.

Ao transmitir estas informações, ontem, o porta-voz adjunto da Presidência da República para assuntos econômicos, Frota Netto, adiantou que o governo vai proibir a contratação de pessoal por empresas estatais em áreas não operacionais, ou seja, somente nas áreas produtivas; vai promover a fusão de órgãos, empresas ou autarquias que exercem atividades afins, confirmando o noticiário da imprensa em relação a casos específicos como o Geipot e a EBTU; vai continuar com o programa de privatização de empresas ou simplesmente encerrar as atividades daquelas que desenvolvem projetos cuja maturação e retorno ou são duvidosos ou de maturação a longo prazo. Enquadram-se nesta categoria: a Co-



bec, que tem seus dias contados, segundo uma fonte governamental, e mais projetos desenvolvidos nas áreas hidrelétricas e termoelétricas. Angra, Iguapes I e II, a fase II de Tucuruí e fase II da Açominas estão nesta classificação.

Petróleo

A questão da proibição da contratação de pessoal por empresas estatais em setores burocráticos é extensiva, incluindo, a Petrobrás, que só será preservada na parte de pesquisa e prospecção de petróleo, um setor que afeta a economia brasileira por dois lados: evitando a importação de maior volume de petróleo pelo País, e, ao mesmo tempo, economizando divisas indispensáveis à manutenção do crescimento da economia nacional.

Segundo o porta-voz, as decisões já estão acertadas com os ministros das áreas afetadas, mas ele evita comentar caso a caso, admitindo porém que existiram discordâncias no programa de acerto econômico do presidente Sarney, pois cada um dos ministros tinham planos específicos a desenvolverem em suas áreas.

— Trata-se do enunciado no esboço do programa de desenvolvimento do presidente José Sarney, desde que ele pediu a cada um dos ministros que emitissem as suas opiniões sobre o desenvolvimento do País. Agora, competirá a ele a decisão, que só ele mesmo pode

anunciar — disse o porta-voz presidencial.

Voto negado

O líder do PDS, deputado Prisco Viana, se negou, ontem pela manhã, a apoiar o pacote econômico-financeiro que o presidente José Sarney pretendia enviar ao Congresso para apreciação até domingo, dia 31.

Ele foi procurado, as 7 horas da manhã, segundo seu relato, pelo líder do governo, deputado Pimenta da Veiga que discorreu sobre a necessidade de introduzir modificações na legislação fiscal e financeira, com urgência, como o voto da Câmara e do Senado. O chefe do governo não desejaria recorrer, mais uma vez, a um instrumento autoritário como o decreto-lei para fazer tais reformas o que deixaria o Congresso muito mal. "Quem ficará mal será o governo", respondeu-lhe Prisco, de sua bancada à mensagem do Poder Executivo.

"Estamos preocupados com medidas que estão sendo anunciadas e que não nos parecem aconselháveis. Vou-e informar como o senador Roberto Saturnino, que está protestando violentamente contra essa proposta que virá sobrecarregar somente a classe média e, talvez, a classe pobre", disse, a propósito, o presidente do PDS, senador Amaral Peixoto.

Durante sua reunião de ontem, a executiva nacional do PDS designou comissão, constituída pelo senador Heráclito Rollemberg, deputados Victor Faccioni, Adail Veto-razzo, Saramago Pinheiro e Bayma Júnior, com a finalidade de acompanhar "a elaboração de proposta de reforma tributária, como alternativa às emendas de reforma tributária, já em tramitação no Congresso. A comissão deverá manter contatos com governadores, prefeitos, vereadores e outras lideranças municipalistas, com vistas à mobilização nacional para a imediata decisão de uma reforma tributária em socorro aos Estados e Municípios, que estão com sua situação financeira comprometida pelo centralismo tributário nacional.